



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Instituto de Psicologia

Av. Pará, 1720, Bloco 2C Sala 34 - Campus Umuarama - Bairro Umuarama, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: +55 (34) 3225-8505 - www.ip.ufu.br - secretaria@ipsi.ufu.br



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Psicologia Jurídica							
Unidade Ofertante:	Instituto de Psicologia							
Código:	IPUFU3961	Período/Série:		4º		Turma:	Matutino/Noturno	
Carga Horária:					Natureza:			
Teórica:	30H	Prática:	0H	Total:	30H	Obrigatória: (x)	Optativa: ()	
Professor(A):	Larissa Paula Martins					Ano/Semestre:	2026-2	
Observações:								

2. EMENTA

A interface entre a Psicologia e o Direito. A Psicologia e os direitos humanos. A dimensão teórica, técnica e ética da articulação da psicologia com as práticas jurídicas, envolvendo as diversas áreas do Direito, em especial a área cível, da infância e adolescência, família e penal.

3. JUSTIFICATIVA

Busca desenvolver nos alunos a capacidade de analisar a constituição do sujeito psíquico, as múltiplas formas de violência e exclusão, e os dispositivos jurídicos e institucionais que produzem processos de criminalização e patologização. Ao abordar também as transformações nas configurações familiares e suas implicações ético-sociais, a disciplina visa formar profissionais sensíveis, reflexivos e comprometidos com os direitos humanos e a justiça social.

4. OBJETIVO

Objetivo Geral:
Fornecer ao aluno as ferramentas e o conhecimento necessários para compreender o campo de interface entre Psicologia e Direito, no diálogo possível entre aquilo que é generalizante, impessoal e totalizante no Direito e o que é de especificidade da Psicologia, voltada para o estudo do singular, da subjetividade.
Objetivos Específicos:

Refletir sobre a complexidade da constituição do sujeito psíquico, os aspectos psicossociais implicados nesse processo e a diversidade de modos de subjetivação que a contemporaneidade oferece/nega aos sujeitos; Refletir sobre a(s) violência(s) e suas manifestações diversas, no campo social, articulando recortes teóricos distintos: psicanálise, teoria da cultura, análise institucional do discurso; Discutir, criticamente, os dispositivos científicos, jurídicos e sociais, cuja incidência tem contribuído para a patologização/medicalização, criminalização e segregação da infância e da juventude; Estudar as implicações das formas contemporâneas de família, seja no campo jurídico seja no campo social; Discutir e problematizar a criminalização da pobreza, a espetacularização da violência e a funcionalidade das prisões, no contexto das políticas neoliberais.

5. PROGRAMA

Unidade I - Fundamentos da Psicologia Jurídica: Psicologia, Direito e Sociedade

- 1.1 História, delimitação e campos de atuação da Psicologia Jurídica
- 1.2 Relações entre Psicologia, Direito, verdade e justiça
- 1.3 Contribuições da psicanálise para a compreensão da cultura, da lei e do laço social
- 1.4 Dimensões ética, técnica e interdisciplinar da atuação profissional

Unidade II - Psicologia e Direito da Infância e Juventude

- 2.1 Construção histórica da 'menoridade'
- 2.2 Doutrina da proteção integral: ECA, Estatuto da Juventude e SINASE
- 2.3 Violência, opressão, seletividade e criminalização de crianças e adolescentes
- 2.4 Escuta, depoimento especial e atuação na rede de proteção

Unidade III - Psicologia, Direito de Família e Violência de Gênero

- 3.1 Configurações familiares, parentalidade e conjugalidade
- 3.2 Separações, divórcios, disputas e escuta de crianças e adolescentes
- 3.3 Atuação da Psicologia nas Varas de Família
- 3.4 Violência contra a mulher e Lei Maria da Penha

Unidade IV - Psicologia, Sistema Penal e Práticas Profissionais

- 4.1 Nascimento e função social das prisões
- 4.2 Construção social do crime e do criminoso
- 4.3 Racismo, seletividade penal, patologização e exclusão
- 4.4 Justiça restaurativa e responsabilização
- 4.5 Perícia, assistência técnica, avaliação e documentos psicológicos no Sistema de Justiça

6. METODOLOGIA

As aulas serão realizadas de forma dialógica, buscando maior interação das/os discentes. As técnicas de ensino consistirão de exposição dialogada, debates, discussões temáticas e eventual participação de convidadas. Os textos serão disponibilizados através da ferramenta Microsoft Teams. Com relação aos recursos didáticos, poderão ser utilizados slides, vídeos curtos e textos de apoio ao conteúdo.

6.1.

6.2.

Data		CONTEÚDO	MATERIAL/RECURSOS/ATIVIDADES
04/09/2026	1	Discussão do Plano de Ensino e apresentação da disciplina	Apresentação da disciplina e discussão da proposta de trabalho.

11/09/2026	2	Unidade I – História, delimitação e campos de atuação da Psicologia Jurídica	Lago, V. de M., Amato, P., Teixeira, P. A., Rovinski, S. L. R., & Bandeira, D. R. (2009). Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. <i>Estudos de Psicologia</i> (Campinas), 26(4), 483–491. https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400009
18/09/2026	3		Jornada Jurídica
25/09/2026	4	Unidade I – Psicologia, Direito, verdade e justiça: contribuições da psicanálise	Tavares, T. M., & Lima, M. C. P. (2017). Direito e psicanálise: a prática jurídica como um impossível. <i>Revista de Psicologia</i> , 8(2), 136-145. Recuperado de https://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/19290 + Freud, S. O mal-estar na civilização (trechos selecionados).
02/10/2026	5	Unidade II – A construção histórica da ‘menoridade’	Santos, É. P. S. (2011). (Des)construindo a ‘menoridade’: uma análise crítica sobre o papel da Psicologia na produção da categoria ‘menor’. In <i>Psicologia Jurídica no Brasil</i> (pp. 43–72). Nau.
09/10/2026	6	Unidade II – Proteção integral: ECA, Estatuto da Juventude e SINASE	Castro, E. G. de, & Macedo, S. C. (2019). Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. <i>Revista Direito E Praxis</i> , 10(2), 1214–1238. https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40670 + Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990.
16/10/2026	7	Unidade II – Violência, opressão e criminalização da infância e juventude	Viana, L. D. S. (2021). (In)segurança pública: uma análise crítica acerca da violência policial contra crianças e adolescentes no Brasil. + Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990.
23/10/2026	8	Unidade III – Configurações familiares, parentalidade e conjugalidade	Roudinesco, E. (2003). A família do futuro. In <i>A família em desordem</i> (cap. 8). Zahar. + Souza, C. M. B. (2008). Família na contemporaneidade: mudanças e permanências. <i>Caderno CRH</i> , 21(54), 623–625. https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300014
30/10/2026	9	Unidade III – Separações, disputas, escuta e atuação nas Varas de Família	Penido, C. M. N. O. (2025). A Família Em Litígio: A Resolução De Conflitos Pelo Judiciário Com O Auxílio Da Psicologia Jurídica. <i>Revista Foco</i> , 18(8), E9510-E9510. + Bakman, G., & Uziel, A. P. (2022). O que as crianças pensam sobre o que é ser família? <i>Psicologia USP</i> , 33, e200209. https://doi.org/10.1590/0103-6564e200209
06/11/2026	10	Unidade III – Violência contra a mulher e Lei Maria da Penha	Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. <i>Sociedade e Estado</i> , 29(2), 449–469. + Lei Maria da Penha
07/11/2026	11	Supervisão – complementação de carga horária	Orientação para elaboração do podcast ou da revisão de literatura.

13/11/2026	12	Unidade IV - O nascimento das prisões	CANDIOTTO, C. (2012). Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. <i>Psicologia & Sociedade</i> , 24(n. esp.), 18-24. https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000400004 + Lourenço, L. C., Vitena, G. S. L., & Silva, M. de M. (2022). Prisão provisória, racismo e seletividade penal: Uma discussão a partir dos prontuários de uma unidade prisional. <i>Revista Brasileira de Segurança Pública</i> , 16(2), 220-239.
20/11/2026	13	Feriado nacional - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra	
27/11/2026	14	Unidade IV - Crime, patologização, seletividade penal e justiça restaurativa	Budo, M. N. (2011). De fator criminógeno a fator simbólico na construção social da criminalidade: os estudos interdisciplinares sobre a mídia, violência e crime. In <i>Congresso Internacional de Ciências Criminais</i> , (pp. 248-275). + Alencar, A. K. S., & Hur, D. U. (2017). Discursos Sobre A Reincidência Penitenciária: Patologização, Institucionalização e Exclusão Social. <i>Ayvu: Revista de Psicologia</i> , 3 (2), 111-140.
04/12/2026	15	Unidade IV - A Psicologia Jurídica e as Práticas Disciplinares	Gomes, R. K., Constantino, D. M., & Sani, A. I. (2018). Interdisciplinaridade entre Psicologia e Direito: Demandas e contribuições da psicologia jurídica. <i>Revista Psicologia & Conexões</i> , 1(1), 1-17. https://doi.org/10.29327/psicon.v1.i1.a5 + Rosa, M. D., & Cerruti, M. (2014). Da rivalidade à responsabilidade: reflexões sobre a justiça restaurativa a partir da psicanálise. <i>Psicologia USP</i> , 25(1), 13-19. https://doi.org/10.1590/S0103-65642014000100002
05/12/2026	16	Supervisão final - complementação de carga horária	Orientação final para entrega do podcast ou da revisão de literatura.
11/12/2026	17	Avaliação	Entrega e/ou apresentação do podcast ou da revisão de literatura.
18/12/2026	18	Recuperação	Recuperação e vista de notas.

7. AVALIAÇÃO

1. Mapa conceitual/seminário (unidades 2, 3 e 4) - 40 pontos

Critério	Descrição	Pontuação
Domínio de compreensão do tema	Clareza na apresentação dos conceitos, compreensão do conteúdo e capacidade de explicação.	20 pontos
Criatividade, dinâmica e articulação crítica	Uso de estratégias que envolvam a turma: exemplos, debates, recursos alternativos e relação entre teoria e prática.	10 pontos

Participação, colaboração e respeito às discussões	Envolvimento equilibrado dos integrantes, respeito às apresentações dos colegas e participação nas discussões ao longo dos seminários.	10 pontos
---	--	------------------

2. Perguntas sobre os textos - 10 pontos cada (individual) - 20 pontos totais.

3. Confecção de podcast ou revisão de literatura - 40 pontos (individual ou em grupo) - critérios de avaliação descritos no material disponível no Teams.

7.1 Atividade avaliativa de recuperação:

Com intuito de atender o art. 141 da Resolução CONGRAD 46/2022, o estudante que não obtiver o rendimento mínimo para aprovação e possuir frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina poderá realizar uma atividade avaliativa de recuperação, em que possa demonstrar a aprendizagem desenvolvida durante o semestre letivo.

8. BIBLIOGRAFIA

Básica

Brasil. (2012). *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990* (19ª ed.). São Paulo: Saraiva.

Foucault, M. (2002). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora.

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.

Complementar

Freud, S. (1978). *Cinco lições de psicanálise: A história do movimento psicanalítico: O futuro de uma ilusão: O mal-estar na civilização: Esboço de psicanálise*. São Paulo: Abril Cultural.

Freud, S. (2011). *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos: (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Gonçalves, H. S., & Brandão, E. P. (Orgs.). (2010). *Psicologia jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU Editora.

Philippi, J. N. (2001). *A lei: Uma abordagem a partir da leitura cruzada entre direito e psicanálise*. Belo Horizonte: Del Rey.

Rovinski, S. L. R. (2007). *Fundamentos da perícia psicológica forense* (2. ed. rev. e atual.). São Paulo: Vetor.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduação: _____



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Paula Martins, Professor(a) Substituto(a) do Magistério Superior**, em 14/09/2026, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7721236** e o código CRC **707751F0**.